





Segundo a deputada estadual Martha Rocha, coautora do projeto, "a intenção é diminuir o sofrimento das famílias que, na maioria das vezes, enfrentam uma enorme burocracia, aumentando ainda mais a dor da perda".

A medida vale para policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários da Secretaria dos Agentes Penitenciários (Seap) e do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). (Agência Brasil)